

O rádio ludovicense e as práticas educomunicativas socioambientais

The Ludovicense Radio and Socio-Environmental Educommunicative Practices

Jefferson Saylon Lima de Sousa¹

Carlos Benedito Alves da Silva Junior²

Rosinete de Jesus Silva Ferreira³

Jorge Leandro Martins Sousa⁴

Resumo: O trabalho descreve o dial local da Grande Ilha de São Luís e constrói uma relação entre as rádios e a cobertura da temática ambiental. É examinada a presença de pautas relacionadas a questões ecológicas e emergências climáticas, entre outras, considerando as práticas da Educomunicação Socioambiental. Os resultados revelam uma cobertura limitada e esporádica, com a maioria das emissoras abordando o tema de forma superficial ou não mencionando em absoluto. A pesquisa destaca a subutilização das plataformas de rádio para promover a conscientização ambiental, o que impacta negativamente o engajamento público com temas cruciais para o desenvolvimento sustentável, em especial na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Palavras-chave: Rádio Ludovicense; Educomunicação Socioambiental; Pauta Ambiental.

Abstract: The study describes the local radio dial of the Greater São Luís Island and establishes a connection between radio stations and their coverage of environmental issues. It is examined the presence of topics related to ecological concerns and climate emergencies, among others, considering the practices of Socio-Environmental Educommunication. The results reveal limited and sporadic coverage, with most stations addressing the topic superficially or not mentioning it at all. The research highlights the underutilization of radio platforms for promoting environmental awareness, which negatively impacts public engagement with crucial topics for sustainable development, particularly in advancing the Sustainable Development Goals (SDGs).

Keywords: Ludovicense Radio; Socio-environmental Educommunication; Environmental Agenda.

Introdução

Em um cenário de efervescente produção e, é claro, competitividade pela atenção do ouvinte, o rádio ludovicense – como aqui se convencionou a chamar – conta com jornalismo, música e prestação de serviço. Nada muito diferente da radiodifusão sonora praticada em todo o território nacional. Há ainda as agendas políticas governamentais e legislativas, além do

¹ Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Profissional (PPGCOMPRO) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Brasil. Professor Substituto do Departamento de Comunicação Social – Curso de Rádio e TV/Audiovisual da Universidade Federal do Maranhão (DCS/UFMA), Brasil. E-mail: jefferson.saylon@ufma.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3700-3881>.

² Doutor em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA), Brasil. Professor Adjunto I do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Brasil. E-mail: carlos.alves@ufma.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5930-5605>.

³ Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil. Professora Associada III da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Brasil. E-mail: rosinete.ferreira@ufma.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9020-758X>.

⁴ Graduado em Comunicação Social – Radialismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Brasil. E-mail: leandro.jorge@discente.ufma.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6365-7582>.

proselitismo religioso presente na cena radiofônica desde o fim dos anos 1980 e sem sinais de afastamento. O rádio ludovicense, abre espaço também para o esporte local, as manifestações culturais e folguedos populares, bem como as pautas mais transversais vindas das comunidades (saúde, bem estar, segurança, transporte e etc.).

O certo é que, mesmo com ressalvas, existem rádios para diversos públicos na Grande São Luís, que segundo o IBGE (2023) é a 18ª maior região metropolitana em número de habitantes, com 1.722.253 indivíduos distribuídos pelos municípios que a compõem, sendo a capital maranhense, São Luís, a detentora do maior número de pessoas com 1.088.057 habitantes.

Com esses números é muito interessante pensar como a audiência das rádios se comporta. No entanto, esse é um dado que fica em aberto, já que não existe nenhum tipo de referência oficial que revele tal comportamento em relação a Grande São Luís (não há dados do *Kantar Media Ibope*, por exemplo), e as pesquisas que surgem pelos *blogs* e redes sociais da região normalmente não são confiáveis por não apresentar metodologia explicada ou mesmo a fonte oficial dos dados, além de serem – muitas vezes – pesquisas contratadas pelas próprias emissoras.

Isso torna o cenário do rádio na Grande São Luís atrativo para muitas análises, que vão desde a relação “música vs. jornalismo” na grade de programação, por exemplo, à descrição dos formatos e do público. Partindo dessas inquietações, este artigo busca compreender de que forma o rádio ludovicense contempla ou negligência a pauta ambiental na programação. Com base nas discussões sobre rádio popular (Kaplún, 2017) e educomunicação (Soares, 2011), opta-se por um recorte que dialoga com a abordagem da educação ambiental a partir do conteúdo radiofônico. Nessa perspectiva, duas perguntas norteiam este estudo: 1) Qual o papel do rádio – como parte das comunicações de massa – no debate social sobre educação ambiental? 2) É possível identificar práticas educacionais no rádio ludovicense sobre a pauta ambiental em geral?

Discute-se a seguir como a educação ambiental se manifesta nos meios de comunicação e, em seguida, apresenta-se um relato de observação das rádios ludovenses quanto à veiculação de conteúdo pertinente à pauta ambiental na sua programação.

2 Educomunicação Socioambiental e o Rádio

Em resposta a primeira pergunta que mobiliza este estudo, é possível evocar aqui a interdisciplinaridade entre Comunicação e Educação para buscar justificativas satisfatórias que validem uma resposta afirmativa sobre o papel do rádio neste cenário. Começamos com o próprio Kaplún (2017), anteriormente citado, que defende a chamada “educação radiofônica”, que para ele é:

[...] entendida aqui em um sentido amplo: não só as emissões especializadas destinadas à alfabetização e difusão de conhecimentos básicos – cujas utilidade e necessidade não se questionam – mas também aquelas que buscam a transmissão de valores, a promoção humana, o desenvolvimento integral do homem e da comunidade; aquelas que se propõem elevar o nível de consciência, estimular a reflexão e converter cada homem em agente ativo da transformação do seu meio natural, econômico e social (Kaplún, 2017, p. 22).

Ou seja, Kaplún (2017) defende, em seu pensamento crítico e analítico do rádio popular latino-americano, a significância da emissão radiofônica quanto ao fomento das discussões de interesse público (e o meio ambiente é um deles!), de modo que haja diversos formatos qualitativos no que tange a respeito da prática comunicativa de educar o mundo. Da nota jornalística ao documentário, passando pela entrevista, a reportagem, o debate, a propaganda e a prestação de serviço, há diferentes formas de se abordar o tema do meio ambiente e da preservação ecológica.

Tal movimento deve ser entendido como um viés que integraliza o discurso científico e a comunicação em uma prática de divulgação de conhecimento e informações em prol de um bem comum, que no caso em questão é a necessidade de uma discussão ecológica sustentável e preventiva. Por isso, os meios de comunicação devem fazê-la sem o predomínio de poderes políticos e ideológicos, que ignoram a urgência do saber que o meio ambiente vive; em estado de alerta e precisando ser conservado e bem cuidado. Esse fomento crítico-analítico em que o conceito de comunicação se baseia está fundamentado na Educomunicação. Soares (2011), por sua vez, denomina, tal prática de “educomunicação socioambiental”.

A Educomunicação Socioambiental visa favorecer e otimizar a organização da sociedade – uma comunidade organizada é um indicador seguro de continuidade e sustentabilidade do processo comunicativo. A democratização pressupõe igualmente condições de acesso, não só à informação socioambiental, mas também aos seus meios de produção e à sua gestão participativa, incorporando os valores democráticos de forma intrínseca às práticas cotidianas e como expressão da subjetividade humana (Soares, 2011, p. 79).

Mediante isso, o que se entende é que se faz necessário uma boa prática de comunicação com a inclusão das pautas ambientais como parte da formação social dos indivíduos. Pela educomunicação socioambiental, se compreende então que as mídias devem ser utilizadas como ferramentas fomentadoras dos debates públicos e também da instrução das pessoas quanto às realidades do ecossistema onde vivem.

Nessa situação, o rádio, como meio de massa popular, personifica-se como expoente ideal para a intervenção socioambiental pretendida. Até porque:

O ato de ligar o rádio implica em conectar a produção e a recepção aos acontecimentos cotidianos, construídos mediante a narrativa sobre a cidade, adicionando-se as camadas informativas disponibilizadas pelos ouvintes ao longo de toda a programação. O rádio é, portanto, o link da cidade juntando as pessoas para compartilhar o conhecimento sobre os fatos, as instituições, as situações e os acontecimentos comuns ou incomuns do dia a dia (Araujo, 2022, p. 290).

Se não for assim, o que se constitui é a negação do papel da mídia rádio como mediadora do discurso público. A pauta ambiental, como se bem sabe, é parte dele.

3 O dial de rádio ludovicense

Antes de darmos sequência à discussão e apresentar uma observação da abordagem da pauta ambiental no rádio ludovicense é preciso conhecê-lo. Para que não haja dúvidas sobre a abordagem aqui apresentada, se definem dois espaços geográficos distintos quando falamos da metrópole São Luís.

Há o oficial, denominado Região Metropolitana da Grande São Luís, previsto pela Lei Complementar nº174 de 25 de maio de 2015 da Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA), que atualiza a delimitação da área geográfica com 13 municípios, sendo eles: Alcântara, Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino, Paço do Lumiar, Raposa, Rosário, Santa Rita, São José de Ribamar e São Luís. A atual organização inclui os quatro municípios da Ilha de Upaon-Açu (a capital São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa), um representante da baixada maranhense (Alcântara) e mais oito cidades do entorno, no continente, Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino, Rosário, Santa Rita. Estas localizadas em sua maioria a leste do estado.

No entanto, para efeito deste estudo, considera-se a zona de irradiação das emissoras FM e isola-se somente o conjunto de cidades popularmente conhecido como “Grande Ilha”, que

inclui somente os quatro municípios localizado na Ilha de Upaon-Açu. Essa constituição é equivalente à primeira formação da região metropolitana em 1998 (IPEA, 2015).

Tendo apresentado as duas possibilidades, reforça-se que a discussão será abordada a partir deste segundo recorte. Isso porque as emissoras de rádio atuantes na ilha são presentes nas quatro cidades (com exceção das comunitárias, que por lei tem a irradiação limitada a 25 Watts e 1km, logo não alcançam nem mesmo uma cidade inteira). Com base nos dados do Mosaico – Canais de Radiodifusão da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)⁵ e na observação real por parte dos pesquisadores, o dial de rádio ludovicense apresenta um total de 23 emissoras de rádio FM.

Antes, é necessário um contraponto. O Mosaico da ANATEL classifica as emissoras em alguns tipos de outorga, a saber: a) comercial; b) pública; c) educativa e d) comunitária. Todavia, como alerta Zuculoto (2012), o Brasil não tem um sistema definido e atualizado de classificação das emissoras de rádio. A autora lembra que na Constituição Federal de 1988 (Art. 223) são propostos três sistemas – privado, estatal e público –, no entanto, esse modelo não é aplicado na prática e o que impera é uma confusão generalizada por parte dos próprios órgãos reguladores, como Ministério das Comunicações, ANATEL e demais instâncias dos Três Poderes Federais.

Não estabelecendo a diferença entre estatal e público – como acontece em outros países – o texto deixa aberto à interpretação. Isso porque algumas concessões, antigas, foram executadas originalmente como comerciais, embora suas respectivas rádios atualmente assumam outros papéis sociais. É o caso das rádios MEC e Nacional do Rio de Janeiro, por exemplo, que em suas origens são concessões públicas, mas que atualmente seguem em termo de estrutura e programação como rádios estatais/públicas. Assim, por questões interpretativas, divide-se as emissoras de rádio da Grande São Luís da seguinte forma:

⁵ Disponível em: <<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php>>. Acesso em: 03/09/2024.

Figura 1 – Divisão das rádios FM da Grande Ilha de São Luís

COMERCIAIS	PÚBLICAS	EDUCATIVAS	COMUNITÁRIAS
(11 emissoras)	(3 emissoras)	(2 emissoras)	(7 emissoras)
Educadora FM Católica 92,3 FM Difusora News FM Difusora FM Massa FM Mirante FM Cidade FM/Deus é Amor Mais FM Esperança FM Joven Pan FM São Luís Mirante News FM	Timbira FM Nacional FM São Luís Assembleia/Senado	Rede Aleluia* Rádio Universidade FM	Bacanga FM Ilha do Amor FM Cidadania FM Ondas de Paz FM Praia FM Cultura FM

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Toma-se como referência o Mosaico da ANATEL, contudo as classificações foram readequadas com base em uma aproximação do texto da Constituição Federal, levando em conta ainda a observação real das programações das emissoras. Além disso, a presença das emissoras educativas e comunitárias também amplia as possibilidades de composição deste cenário. Soma-se a isso a não fiscalização das concessões, o que permite que em muitas situações determinadas concessões sejam usadas de forma irregular. É o caso de emissoras públicas/educativas que tem suas concessões arrendadas para empresas, que atuam como rádio comerciais⁶. O mesmo pode acontecer com as comunitárias. Vale lembrar que estas últimas, em regime de regulamentado por lei, são as únicas devidamente delimitadas graças à Lei nº9612/1998.

Compreendida a organização do rádio ludovicense, segue-se com as explicações sobre a metodologia adotada para a realização-este estudo. Importante destacar que desde junho de 2024, o rádio ludovicense não conta mais com emissoras de Amplitude Modulada (AM), pois houve a migração para Frequência Modulada em respeito ao Decreto nº8.139 de 2013, que autorizou as rádios fazerem a troca de banda eletromagnética em uma alegada mudança por melhora na qualidade sonora das transmissões e também a adesão da frequência 4G nas telecomunicações nacionais (Curado, 2015; Prata; Del Bianco, 2018). Se contarmos as concessões comerciais, públicas, educativas e comunitárias, a ilha de São Luís apresenta um

⁶ Na Grande Ilha de São Luís observou-se um caso correspondente ao citado no texto. A Rede Aleluia, operada pela Igreja Universal do Reino de Deus em 105,5 MHz em São Luís-MA, faz uso de uma concessão caracterizada pela ANATEL como “Educativa”. A concessão está em nome da Fundação Nagib Haickel, que é detentora de mais duas concessões na região: a da Rádio Mais FM (São José de Ribamar) e a 92,3FM (Paço do Lumiar), estas por sua vez comerciais (Nota dos autores, 2025).

total de 23 emissoras ativas. Com base nessa delimitação geográfica e classificatória, passa-se à exposição dos critérios que orientaram a observação empírica da programação radiofônica.

4 Critérios para observação da pauta ambiental a partir da escuta radiofônica

Agora que conhecemos como se organiza o dial local, consideremos a análise proposta. Na escolha das motivações de observação os pesquisadores colocaram em foco inicialmente as datas celebrativas de interesse à pauta ambiental. A justificativa se resguarda no fato de que estas datas, por serem fixas e relevantes, estão disponíveis para a abordagem das redações e dos produtores nas rádios e, assim, possibilitam um bom conteúdo para ser elaborado com antecedência e programação. Antes, fica o registro que a metodologia a amparar esta pesquisa é baseada nas noções de análise de conteúdo propostas por Bardin (2016) que é definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2016, p. 48).

Em uma abordagem mais atualizada da que foi proposta pela autora francesa temos que:

Análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos (Sampaio; Lycarião, 2021, p. 17).

Além de sua capacidade sistemática de organização e categorização de dados, a análise de conteúdo aplicada nesta pesquisa possui também uma função qualitativa essencial. Isso significa que não se limita apenas ao registro da ocorrência de pautas ambientais, mas investiga como elas se manifestam discursivamente nos programas de rádio. Ou seja, há uma preocupação em compreender os sentidos atribuídos aos temas ambientais pelos comunicadores, o grau de aprofundamento, os recursos linguísticos utilizados e a intencionalidade editorial presente nas mensagens.

Tal dimensão discursiva da análise se mostra estratégica para identificar formatos e enfoques adotados pelas emissoras. Programas jornalísticos, entrevistas, boletins, programetes e debates foram observados para captar não apenas a presença do tema ambiental, mas o modo como ele foi articulado: se de forma noticiosa, pedagógica, informativa, sensacionalista ou

protocolar. Isso permite avaliar não apenas a frequência das pautas, mas sua densidade comunicacional.

É nesse ponto que se conecta à proposta da educomunicação. A análise busca captar se os conteúdos observados seguem os princípios de uma comunicação educativa, participativa e dialógica. Estratégias como inclusão da comunidade nas pautas, presença de linguagem acessível, valorização dos saberes locais e contextualização crítica dos temas ambientais são indícios de práticas educomunicativas. Portanto, a análise qualitativa não se resume à codificação de dados, mas envolve uma leitura crítica do ecossistema comunicacional. Essa perspectiva também permite compreender as lacunas e potencialidades das rádios enquanto espaços formativos. A identificação de formatos engessados, ausência de escuta ativa ou dependência de fontes externas aponta para desafios estruturais e metodológicos que comprometem o papel transformador da mídia. Por outro lado, mesmo menções breves, quando articuladas a contextos locais podem configurar experiências significativas de educomunicação socioambiental.

Em síntese, a dimensão qualitativa da análise de conteúdo expande o olhar sobre o rádio, compreendendo-o não apenas como meio de transmissão, mas como espaço de construção simbólica de sentidos sobre a questão ambiental e de mobilização social por meio da comunicação pública. Neste estudo, os pesquisadores – ao adotar o esquema de codificação das categorias de análise – constroem um modelo conceitual de passos a serem seguidos primeiro para a definição do corpus de observação bem como dos conteúdos apresentados, até a extração das informações por meio de planilhas e anotações.

Assim, como primeiro critério, elencaram-se as datas celebrativas do meio ambiente e da preservação ecológica do período de 25 de junho à 29 de agosto de 2024. As datas foram selecionadas a partir do calendário publicado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Governo Federal⁷. Uma tentativa de elencar essas datas a partir de um órgão público a nível estadual (Maranhão) ou municipal (São Luís) foi feita, mas nada foi encontrado. Como exemplo, registra-se que outros estados como Espírito Santo⁸, Paraná⁹ e São Paulo¹⁰ publicam calendários ecológicos em suas plataformas oficiais. O mesmo para municípios, como é o caso

⁷ Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/comunicacao/datas-comemorativas>>. Acesso em: 07/09/2024.

⁸ Disponível em: <<https://iema.es.gov.br/gea-calendario-ecologico>>. Acesso em: 07/09/2024.

⁹ Disponível em: <<https://www.conexaoambiental.pr.gov.br/Pagina/Calendario-Ambiental-Anual>>. Acesso em: 07/09/2024.

¹⁰ Disponível em: <<https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/category/calendario-ambiental/>>. Acesso em: 07/09/2024.

de Vila Velha-ES¹¹. As datas selecionadas foram: a) 26 de julho – *Dia Mundial dos Manguezais*; b) 28 de julho – *Dia Mundial da Conservação da Natureza*; c) 09 de agosto – *Dia Interamericano de Qualidade do Ar*; d) 14 de agosto – *Dia do Controle da Poluição Industrial*; e) 28 de agosto – *Aniversário do ICMBio*.

Com essas delimitações um esquema de observação foi montado pelos pesquisadores. A fim de terem um olhar mais contemplativo, as datas de coleta de dados não se fecham nas datas comemorativas. Os observadores propuseram considerar também uma data antes e depois de cada evento celebrativo a fim de captar outras possibilidades de pautas ambientais comunicadas. Desse modo, confirmaram-se 14 datas de observação em 4 intervalos (rodadas):

- de 25 a 29 de julho (primeira rodada);
- de 08 a 09 de agosto (segunda rodada);
- de 13 a 15 de agosto (terceira rodada);
- de 27 a 29 de agosto (quarta rodada);

Apesar da intencionalidade em acompanhar datas relevantes do calendário ambiental, o recorte temporal da pesquisa se apresenta como uma limitação metodológica que precisa ser reconhecida. Ao delimitar a observação a eventos comemorativos concentrados entre os meses de julho e agosto de 2024, há o risco de não contemplar outras manifestações relevantes da pauta ambiental que ocorrem fora desse período, seja por demanda espontânea da sociedade civil, por desdobramentos sazonais de problemas ambientais ou pela ação de movimentos sociais.

Com este recorte buscou-se garantir um parâmetro mínimo de observação, mas é importante destacar que a complexidade da temática ambiental exige uma abordagem longitudinal e contínua. Muitos processos socioambientais são cumulativos, desenvolvem-se em ciclos mais longos e nem sempre coincidem com datas celebrativas. A dependência de marcos fixos pode invisibilizar iniciativas educativas que ocorrem de maneira cotidiana, silenciosa ou informal nas programações das rádios.

Todavia, há o risco de capturar apenas o tratamento superficial e oportunista do tema ambiental, o que pode gerar uma impressão limitada das potencialidades ou dos compromissos das emissoras com a pauta. O ideal seria um acompanhamento mais extensivo, que englobasse múltiplas épocas do ano, inclusive períodos críticos como as estiagens, alagamentos, início das

¹¹ Disponível em: <<https://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/meio-ambiente-datas-comemorativas-do-meio-ambiente>>. Acesso em: 03/09/2024.

aulas escolares ou campanhas eleitorais, que historicamente tensionam o debate ambiental no Maranhão.

Outro aspecto relevante é que nem todas as rádios possuem a mesma dinâmica de produção de conteúdo. Algumas operam com ciclos de pauta semanais, outras dependem de redes externas para o fornecimento de conteúdo, o que também afeta diretamente a presença (ou ausência) de temas ambientais na grade diária. Essas especificidades não são plenamente captadas no recorte proposto.

Portanto, embora metodologicamente justificado, o intervalo observado deve ser compreendido como uma porta de entrada para investigações futuras mais amplas, que considerem a pluralidade temporal, temática e estratégica da abordagem ambiental nas rádios.

Assim, depois de selecionar o objetivo da observação e delimitar as datas a serem consideradas, foi feita a seleção das emissoras que seriam analisadas. Alguns critérios foram estabelecidos:

- Priorizar emissoras com 100% da programação sendo de produção local;
- Dar preferência às emissoras migrantes do AM para o FM;
- Buscar na programação delas a presença de produção jornalística;
- Cada pesquisador só deveria observar o máximo de três emissoras;
- Cada pesquisador deveria observar ao menos uma emissora comunitária;
- As observações poderiam ser feitas em tempo real ou em gravações;
- Somente a programação matinal das 7h00 às 12h00;
- As pautas poderiam ser em diversos formatos: notas, notícia, entrevistas, etc.

Com isso a distribuição das emissoras a serem observadas ficou assim:

Figura 2 – Distribuição das emissoras a serem observadas por pesquisador

OBSERVADOR A	OBSERVADOR B	OBSERVADOR C	OBSERVADOR D
<i>Educadora FM</i>	<i>Timbira FM</i>	<i>Mirante News FM</i>	<i>Difusora News FM</i>
<i>Mais FM</i>	<i>Universidade FM</i>	<i>Mirante FM</i>	<i>Difusora FM</i>
<i>Bacanga FM</i>	<i>Ilha do Amor FM</i>	<i>Cultura FM</i>	<i>Cidadania FM</i>
<i>(comunitária)</i>	<i>(comunitária)</i>	<i>(comunitária)</i>	<i>(comunitária)</i>

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Ficaram de fora da observação as rádios Nacional FM São Luís, Assembleia/Senado, Jovem Pan São Luís, Cidade FM/Deus é Amor; Massa FM e Rede Aleluia, por terem 100% ou mais de 50% da programação produzida por uma cabeça de rede (não local) no turno matutino. Além delas, as rádios 92,3 FM, Esperança FM e as comunitárias Ondas de Paz FM, Praia FM

e Nova União FM não foram consideradas para observação. As motivações estão nos critérios II, IV e V da metodologia. A seguir, os resultados coletados pelos pesquisadores após o período de observação finalizar.

5 Descrição da escuta radiofônica no dial ludovicense

A escuta radiofônica, enquanto técnica metodológica adotada nesta pesquisa, assumiu não apenas a função de coleta de dados, mas também a de decodificação das estratégias comunicacionais presentes na grade das emissoras. Araújo (2022, p. 160-165) propõe a escuta como prática interpretativa e analítica que vai além da simples audição de conteúdos. Ele a fundamenta na compreensão do rádio como meio interativo, afetivo e socialmente situado. A escuta, nesse contexto, é vista como parte essencial do fazer metodológico para quem deseja compreender os sentidos e as dinâmicas comunicacionais do rádio a partir da realidade sonora cotidiana.

Dito isso, o foco da análise esteve em observar como a pauta ambiental se insere – ou não – na programação radiofônica, considerando aspectos como formato, duração, profundidade, contexto educativo. Ao buscar captar os conteúdos transmitidos no fluxo cotidiano das rádios, o estudo valoriza o rádio como um espaço de enunciação simbólica que ultrapassa os limites da simples informação jornalística.

Esse exercício analítico permitiu perceber a ambiência das emissoras e o grau de sensibilidade de suas estruturas produtivas diante das questões socioambientais. A escuta não se limitou à identificação de palavras-chave ou menções eventuais, mas procurou reconhecer quando a comunicação veiculada se aproximava das práticas educomunicativas – entendidas aqui como aquelas que estimulam o diálogo, a criticidade e a participação cidadã em torno das temáticas ecológicas. Em contextos midiáticos como o da Grande São Luís, onde as rádios comunitárias, públicas e comerciais coexistem em meio a realidades sociais diversas, essa abordagem se mostra estratégica para revelar ausências, potencialidades e contradições.

A partir disso, os dados que seguem são apresentados segundo a escuta dividida entre quatro observadores, cada um responsável por três emissoras – incluindo, obrigatoriamente, ao menos uma rádio comunitária. Os relatos foram sistematizados conforme o plano de observação descrito na metodologia e refletem a presença (ou ausência) da pauta ambiental em períodos específicos da programação matinal. O objetivo é tornar visível a forma como diferentes emissoras lidam com um tema urgente e transversal, revelando se, e como, o rádio cumpre sua

função socioeducativa no campo da comunicação ambiental. A seguir a descrição das escutas feitas pelos quatro observadores:

- **OBSERVADOR A**

As rádios do Observador A foram: Educadora FM, Mais FM e a comunitária Bacanga FM. Sobre os dias de observação são apontadas a presença de pautas ambientais, conforme os critérios da metodologia, em apenas três datas e somente em duas emissoras.

- *Rádio Educadora FM*

Nos dias 25 e 26 de julho as duas menções ocorreram no matinal *Roda Viva* apresentado por Matheus Coimbra, Valéria Baldez e equipe (07h05 às 10h00). Em ambos os casos o mesmo assunto foi tratado: a nomeação do Parque Estadual dos Lençóis Maranhenses como Patrimônio Mundial Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).¹² No dia 26 de julho o *Dia Mundial dos Manguezais* não foi citado. A próxima citação feita na emissora foi somente no dia 14 de agosto, quando o *Dia do Controle da Poluição Industrial* foi lembrado também no programa *Roda Viva*.

- *Rádio Mais FM*

Não houve nenhuma menção a pauta ambiental havendo predominado a programação musical e de entretenimento.

- *Rádio Bacanga FM*

Somente uma ocorrência de pauta ambiental no dia 25 de julho. O tema também foi a nomeação dos Lençóis Maranhenses à Patrimônio Mundial Natural da Humanidade. Um detalhe é que na programação matutina da emissora há um radiojornal (*Jornal Manhã Central*¹³), mas ele também não abordou nenhum assunto.

- **OBSERVADOR B**

As rádios do Observador B foram: Timbira FM, Universidade FM e a comunitária Ilha do Amor FM. Sobre os dias de observação são apontadas a presença de pautas ambientais, conforme os critérios da metodologia, em três datas diferentes e somente em duas emissoras.

¹² Disponível em: <<https://www.sema.ma.gov.br/noticias/unesco-reconhece-lencois-maranhenses-como-patrimonio-mundial-natural>>. Acesso em: 03/09/2024.

¹³ Essa produção não é original da emissora sendo adquirido junto a uma agência de notícias de São Luís: a Central de Notícias. É uma produção feita exclusiva para rádios comunitárias parceiras.

- *Rádio Timbira FM*

No dia 25 de julho foram registradas cinco ocorrências no programa *Timbira News* (07h00 às 08h30). Uma nota sobre a comitiva do Governo do Maranhão na Índia para a nomeação dos Lençóis como Patrimônio Mundial Natural, além de uma nota sobre os riscos de queimadas no Maranhão no mês de agosto. Houve ainda uma entrevista com a Secretária Adjunta do Meio Ambiente e Recurso Naturais do Estado do Maranhão, Orquelina Costa, e duas reportagens. A primeira sobre as cidades brasileiras com seca extrema e a segunda sobre o mapeamento da seca no país feito pelo CEMADEN¹⁴ (esta produzida pela agência de notícias *Rádio 2*). As próximas pautas foram registradas no dia 27 de agosto, também no *Timbira News*, com reportagens sobre o aumento de queimadas no Brasil e sobre o possível crime ambiental cometido nas queimadas do interior de São Paulo (as reportagens das agências de notícias *Agência Rádioweb* e *Rádio 2*). O Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, Pedro Chagas, foi entrevistado e também falou sobre a pauta, mas com foco no Maranhão. Outra entrevista foi com o Tenente-Coronel José Lisboa do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, que falou sobre a ação da corporação no combate a incêndios no período de estiagem no Sul do estado. Houve ainda uma reportagem especial sobre a qualidade do ar para as crianças em período de seca e incêndios (*Agência Rádioweb*). Cabe destacar que a Timbira FM conta também com o programa *Papo Ambiental* que vai ao ar quinzenalmente nas quartas-feiras a partir de 13h30 (no dial e no YouTube).

- *Rádio Universidade FM*

No dia 25 julho foram identificadas duas pautas, ambas no *Jornal Rádio Universidade* (07h20 às 08h30). A primeira, uma nota sobre o crescimento das queimadas no Maranhão e os riscos ao fornecimento de energia elétrica. A segunda foi uma entrevista no quadro *Rádio Opinião* – dentro do jornal – com César Guimarães, gerente da Universidade de Inovação e Tecnologia do Sebrae no Maranhão, a Inova Maranhão. O assunto foi o evento *Demoday* do programa Inova Amazônia, que promove bioeconomia com foco na preservação do bioma amazônico. No dia 26 de julho, duas notas também foram identificadas no radiojornal. A primeira sobre a infestação de aranhas no Parque Ecológico da Lagoa da Jansen, em São Luís, e a segunda sobre nomeação do Parque Nacional dos Lençóis à Patrimônio da Humanidade. Houve ainda a menção ao *Dia Mundial dos Manguezais*, mas sem nenhum aprofundamento na

¹⁴ Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.

pauta. Os demais dias de observação não tiveram pautas ambientais destacadas. Um ponto a ser destacado é que a Rádio Universidade FM tem o *Orgânica*, programete dominical que vai ao ar sempre às 10h00 focado em conteúdo ambiental e preservação ecológica, além de ter os programetes diários matinais (com reprises pela tarde), *Rádio Ciência* e *Você Saudável*, que a depender da ocasião podem ter sua pauta relacionada ao universo ambiental e/ou preservação ecológica.

- *Rádio Ilha do Amor*

A programação matinal foca no entretenimento musical e no esporte. Nenhuma pauta ambiental foi captada durante as observações.

- **OBSERVADOR C**

As rádios do Observador C foram: Mirante News FM, Mirante FM e a comunitária Cultura FM. Sobre os dias de observação não apontadas a presença de pautas ambientais, conforme os critérios da metodologia.

- *Rádio Mirante News FM*

Embora tenha sua programação matinal focada em jornalismo e prestação de serviços, durante todos os dias de observação não foram identificadas nenhuma pauta ambiental sendo veiculada. Registra-se que a programação matinal da emissora inclui dois formatos jornalísticos e de participação do ouvinte (*Mirante News Hoje* e *Ponto Final*) e um programa de entrevistas (*Atualidades Mirante News*).

- *Mirante FM*

Assim como a rádio anterior, durante todos os dias de observação não foram identificadas nenhuma pauta ambiental sendo veiculada. A rádio é predominantemente musical, embora tenha um radiojornal após às 12h00 (*Jornal Na Mira*), horário fora do escopo da observação pretendida.

- *Cultura FM*

A rádio cultura FM é uma rádio comunitária que serve ao município de Paço do Lumiar e vizinhança, onde o tema central está na comunidade participativa com a inserção de um público religioso mais forte. No escopo de nossa análise, não houve qualquer citação para a pauta ambiental nos dias observados.

- **OBSERVADOR D**

As rádios do Observador D foram: Difusora News FM, Difusora FM e a comunitária Cidadania FM. Sobre os dias de observação são apontadas a presença de pautas ambientais, conforme os critérios da metodologia, em somente duas datas e apenas duas emissoras.

- *Rádio Difusora News FM*

A emissora não possui programação fixa no período da manhã funcionando com conteúdo musical e flash de notícias (*Manhã News*) em intervalos regulares de 20 minutos. No dia 25 de julho foram identificadas uma pauta, com a notícia de suspensão por parte do Ministério Público Federal (MPF) da construção de um parque eólico no município maranhense de Tutóia, no litoral leste do estado. O empreendimento estaria sendo feito em Área de Proteção Ambiental – APA¹⁵. Não foram dados detalhes. No dia 26 de julho, *flash* sobre a adesão dos Lençóis Maranhenses à lista de Patrimônio Natural da Humanidade da UNESCO. Nenhuma pauta é registrada nos demais dias de observação.

- *Rádio Difusora FM*

A emissora conta com um programa de notícias no início da manhã, o *Bom Dia Difusora*, apresentado por Robson Júnior (06h00 às 08h00). No dia 25 de julho, o radialista fala sobre a viagem do Governador Carlos Brandão (PSB-MA) à Índia para 46ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO que conferiria o título ao Lençóis Maranhenses. Não é dado mais detalhes. Nenhuma pauta é registrada nos demais dias de observação.

- *Rádio Cidadania FM*

A emissora tem durante a semana o jornalístico, *Voz das Comunidades* (10h00 às 12h00), mas em nenhum dos dias o programa abordou pauta ambiental. Em algumas datas não houve nem mesmo a exibição do programa tendo sido substituído por músicas.

6 Analisando a pauta ambiental no dial de rádio ludovicense

O estudo detalhado da programação matinal de parte das emissoras de rádio da Grande São Luís, conforme apresentado pelos observadores, revela uma abordagem inconsistente e

¹⁵ Disponível em: <<https://www.mpf.mp.br/ma/sala-de-imprensa/noticias-ma/risco-ambiental-mpf-consegue-na-justica-paralisacao-de-obras-de-parque-eolico-na-delta-do-parnaiba-em-tutoia-ma>>. Acesso em: 25/07/2024.

fragmentada das pautas ambientais no contexto midiático local. A análise expõe tanto avanços quanto deficiências nas estratégias editoriais dessas emissoras, refletindo a complexidade de incorporar questões ambientais de maneira contínua e relevante. A fim de qualificar esta análise, divide-se ela a partir de dois aspectos: a) informativo/jornalístico; e b) educacional.

a) Aspectos informativo/jornalístico da abordagem da pauta ambiental

A primeira observação crítica a ser feita a partir de uma análise da produção informativa/jornalística é a superficialidade com que muitas das emissoras lidam com questões ambientais. A grande maioria das menções a temas ambientais, observada no recorte feito, limita-se a notas curtas ou flashes jornalísticos, sem o devido aprofundamento ou análise crítica. Mesmo em emissoras que tradicionalmente possuem um viés informativo, como a Rádio Universidade FM, Timbira FM e Rádio Mirante News FM, o conteúdo ambiental muitas vezes surge apenas em resposta a fatos noticiáveis e comemorativos, como a nomeação dos Lençóis Maranhenses como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Isso revela uma dependência do factual, com pouca iniciativa para expandir o debate e explorar questões ambientais além de momentos de destaque na mídia.

O Maranhão é um estado com uma riqueza ambiental inestimável, abrangendo biomas únicos como os Lençóis Maranhenses, áreas de manguezais, além de estar sujeito a problemas graves como desmatamento e queimadas. A cobertura restrita de tais temas, evidenciada pela ausência de menções em várias rádios observadas, denota uma desconexão preocupante entre o conteúdo veiculado e as necessidades locais de conscientização e educação ambiental. Essa desconexão é ainda mais visível nas rádios comunitárias, como a Cultura FM e a Bacanga FM, que, por estarem diretamente inseridas nas comunidades, poderiam liderar o debate sobre questões ambientais com maior propriedade e impacto.

A falta de abordagem contínua sobre temas ambientais representa uma oportunidade perdida para as emissoras de rádio da Grande São Luís se estabelecerem como veículos de educação e conscientização em uma era onde as mudanças climáticas e a sustentabilidade são temas cruciais. Rádios como a Universidade FM e a Timbira FM, que possuem programas voltados para pautas ambientais (como o *Orgânica* e o *Papo Ambiental*), demonstram que é possível inserir conteúdo relevante de forma consistente. Contudo, essas iniciativas ainda são exceções, e não a norma, evidenciando a necessidade de uma transformação mais ampla no espectro midiático local.

Outro ponto crítico é a fragilidade observada na produção jornalística das emissoras, especialmente nas comunitárias. A dependência de conteúdos prontos de agências de notícias e a falta de investimento em reportagens locais sobre questões ambientais refletem uma limitação estrutural que impede essas rádios de explorar plenamente seu potencial como fontes de informação e formação de opinião. Isso limita a capacidade das emissoras de oferecer uma cobertura mais robusta e adaptada às realidades e desafios ambientais específicos do Maranhão.

Em um contexto onde o rádio ainda possui uma audiência significativa, especialmente em áreas com menor acesso à internet e outros meios de comunicação, as emissoras têm uma responsabilidade social e ambiental que não está sendo plenamente cumprida. A comunicação radiofônica pode ser uma ferramenta poderosa para a educação ambiental, mas isso requer um compromisso mais sólido por parte das emissoras em diversificar suas pautas e tratar o meio ambiente não apenas como uma pauta esporádica, mas como um tema recorrente, essencial para o desenvolvimento sustentável da região.

Apesar das possibilidades oferecidas pela migração para o FM e pela integração das tecnologias digitais, as rádios da Grande São Luís têm falhado em aproveitar plenamente esses recursos para fortalecer a pauta ambiental. Em vez de utilizarem a nova qualidade de transmissão e as plataformas digitais para engajar e educar suas audiências sobre questões ambientais críticas, muitas emissoras continuam a reproduzir um modelo tradicional de programação focada no entretenimento e no factual imediato, sem explorar a profundidade e a continuidade que o tema exige. As redes sociais e os podcasts, que poderiam ser ferramentas úteis para complementar o conteúdo ao vivo e alcançar públicos mais jovens e conectados, são subutilizados ou ignorados. Essa inércia digital reflete uma falta de visão estratégica das emissoras, que permanecem presas a formatos convencionais em vez de inovarem e expandirem suas narrativas. Como resultado, perde-se uma oportunidade valiosa de colocar o rádio no centro das discussões sobre sustentabilidade em um momento crucial para o futuro ambiental da região e do planeta.

b) Aspectos das práticas educomunicativas de abordagem da pauta ambiental

Para que se configurem como práticas educomunicativas, as ações das emissoras de rádio precisam ultrapassar o nível da informação unilateral e construir processos comunicacionais pautados na escuta ativa (Araújo, 2022), na mediação comunitária (Kaplún, 1996; 2017) e na prática educativa (Soares, 2011). Isso pressupõe a criação de conteúdos que

não apenas informem, mas dialoguem, convoquem e envolvam os ouvintes na coautoria das narrativas sobre o meio ambiente e a sustentabilidade.

No caso do dial ludovicense, não se observa de forma consistente a presença de práticas que incorporem os pilares da educomunicação: participação cidadã, gestão compartilhada da comunicação, multimedialidade e articulação com espaços educativos formais e não formais. A maioria das emissoras mantém estruturas tradicionais, com fluxos verticais de produção e ausência de estratégias interativas voltadas para a comunidade.

Programas com conteúdo ambiental, quando existem (Papo Ambiental na *Timbira FM* e Orgânica na *Universidade FM*), tendem a seguir o modelo convencional de mediação com especialistas, sem a inclusão de experiências populares, vozes do território ou construção coletiva da pauta. Isso distancia o rádio de uma abordagem educ comunicativa plena, que deve ser atravessada pelo compromisso ético de formação e transformação social. A prática educativa, elemento-chave da educomunicação, também se mostra ausente em grande parte das iniciativas observadas. Pouco se vê de esforços para conectar o conteúdo transmitido com práticas educativas continuadas, seja por meio de parcerias com escolas, de atividades de campo, de produção colaborativa de podcasts ou de integração com projetos locais de preservação ambiental.

Cabe ressaltar que, a identificação de práticas educ comunicativas pressupõe não apenas a presença da pauta ambiental na programação, mas sua articulação com processos de mediação social e construção coletiva do conhecimento. Isso exige que os meios de comunicação — em especial os populares e comunitários — incorporem uma lógica dialógica, na qual os sujeitos da comunicação não sejam meros receptores de mensagens, mas coautores das narrativas midiáticas.

No caso das rádios analisadas, são raros os exemplos de participação efetiva das comunidades na definição das pautas ou na produção de conteúdo com foco educativo. Ou mesmo de inserção das emissoras em ações públicas e sociais relacionadas com o tema, por exemplo: mutirões de coletas de lixo em praias e rios; sessões de plantio de mudas em parques ecológicos e/ou praças; oficinas sobre preservação ambiental, caminhadas e passeios coletivos educativos etc. Cada uma dessas ações, encabeçadas pelas emissoras se constitui como uma prática educ comunicativa onde as rádios e seus públicos podem interagir em conjunto por um bem comum e ainda promover conscientização social, além de diálogo direto entre membros da sociedade civil e também de setores privado e público (como parceiros ou organizações afetadas).

A gestão compartilhada da comunicação, outro princípio basilar da educomunicação, também não é evidenciada nas rádios do dial ludovicense. Não há indícios consistentes de que as comunidades participem dos processos decisórios ou de curadoria das programações. Essa ausência compromete a construção de um ecossistema comunicativo participativo e afasta as rádios de uma prática verdadeiramente transformadora. Nas rádios comunitárias, que poderiam se destacar nesse quesito, prevalece uma lógica ainda muito dependente de lideranças religiosas ou políticas locais, o que reduz a autonomia editorial e pedagógica dos conteúdos veiculados.

Dessa forma, o cenário que se apresenta é de uma prática comunicacional ainda distante da educomunicação plena. Embora o rádio possua uma vocação natural para o diálogo, a oralidade e a proximidade com o cotidiano das populações, essa potencialidade só se realiza quando há políticas e práticas comprometidas com a democratização da informação e da educação. Reverter esse quadro exige não apenas sensibilização dos profissionais de rádio, mas também formação continuada, apoio institucional e redes de cooperação com o campo educacional, ambiental e comunitário.

7 Considerações finais

Como crítica ao próprio estudo aqui apresentado, enfatizamos que os resultados analisados são apenas um recorte, visto que a pesquisa – por questões metodológicas e técnicas – debruçou-se apenas sobre metade do dial ativo do rádio ludovicense e em períodos de tempos isolados. O olhar construído não revela o tecido da realidade completo do ecossistema radiofônico da região quanto à pauta ambiental, todavia constitui-se como elemento significativo para ratificar uma urgência e preocupação sobre o objeto e ajudando a desmistificar dúvidas ou mesmo amparando hipóteses iniciais para um estudo mais aprofundado.

De certo que, a análise do conteúdo das rádios da Grande São Luís revela uma abordagem fragmentada em relação às pautas ambientais. Em termos informativos/jornalísticos, observa-se que algumas emissoras da Grande Ilha de São Luís ainda preservam espaços dedicados à prestação de serviço e ao noticiário cotidiano, especialmente aquelas com tradição pública ou educativa, como a Universidade FM e a Timbira FM. Contudo, mesmo nesses casos, os conteúdos relacionados ao meio ambiente aparecem de forma pontual, geralmente motivados por acontecimentos excepcionais ou datas comemorativas. A abordagem jornalística tende a seguir formatos convencionais, com ênfase em notas curtas, entrevistas

institucionais e matérias de agências, sem aprofundamento local ou construção de narrativas que favoreçam a reflexão crítica e o envolvimento comunitário.

Do ponto de vista educacional, as emissoras analisadas apresentam fragilidades significativas. A ausência de espaços colaborativos de produção, a baixa interação com ouvintes e a falta de planejamento editorial voltado à educação ambiental revelam um distanciamento dos princípios da educação, como a gestão participativa, o diálogo com os territórios. Embora o rádio tenha potencial para assumir esse papel formativo, a estrutura atual da maioria das rádios da região ainda reproduz modelos tradicionais, pouco abertos à escuta da comunidade ou à inclusão de múltiplas vozes. Isso indica a urgência de se investir em estratégias que fortaleçam a dimensão educativa do rádio como instrumento de mobilização social e sustentabilidade.

Para fortalecer a mobilização pela preservação ecológica na região é crucial que as emissoras de rádio adotem uma abordagem mais proativa e consistente na cobertura de questões ambientais, utilizando suas plataformas para informar, educar e engajar a comunidade em práticas sustentáveis.

Essa necessidade evidente de maior engajamento das emissoras de rádio com pautas socioambientais informativas e educativas, deve ser explorado não apenas nas datas comemorativas, mas também de forma contínua, dado o impacto crescente das mudanças climáticas e da degradação ambiental. As rádios comunitárias, em especial, têm um papel vital a desempenhar na sensibilização local, porém, este papel está subutilizado conforme apontado nos relatos. É crucial que essas emissoras reavaliem suas programações para incluir temas que possam educar e conscientizar o público sobre a importância da preservação ambiental. Para que o rádio fortaleça o discurso da preservação ambiental em São Luís do Maranhão, e no Brasil como um todo, dentro de uma prática educacional socioambiental, é essencial adotar estratégias interativas e participativas.

Apontamos a necessidade de formação continuada para radialistas e comunicadores populares, com foco em educação, sustentabilidade e produção de conteúdos radiofônicos com práticas educativas. Cursos, oficinas e parcerias com universidades e entidades da sociedade civil podem suprir lacunas formativas e estimular uma abordagem crítica e cidadã da pauta ambiental.

Outra medida importante é o estabelecimento de parcerias entre rádios e instituições de ensino, públicas e privadas, promovendo a integração entre escolas, comunidades e emissoras. Projetos interdisciplinares e de extensão que incluam rádios escolares, programas produzidos

por estudantes ou campanhas educativas colaborativas, podem ampliar a presença da pauta ambiental na programação de forma orgânica e contextualizada.

Além disso, propõe-se a criação de observatórios de mídia comunitária, voltados para o monitoramento, fomento e qualificação da produção radiofônica local. Esses observatórios, formados por coletivos, universidades e lideranças comunitárias, poderiam acompanhar a presença de temas socioambientais no rádio, gerar dados sistemáticos e propor indicadores de qualidade. Com isso, amplia-se a capacidade crítica da sociedade sobre os meios de comunicação, promovendo a gestão participativa das agendas e incentivando práticas transformadoras.

Programas educativos podem incluir debates com especialistas, reportagens sobre iniciativas locais, radionovelas ambientais e produção de conteúdo colaborativo com comunidades e integrando campanhas interativas nas redes sociais. Essas práticas podem tornar o rádio um agente ativo na conscientização ecológica. Essas ações unem produção de conteúdo, interatividade digital e engajamento direto do público em práticas sustentáveis.

Referências

ANATEL. **Mosaico de Canais de Radiodifusão**. Agência Nacional de Telecomunicações. Brasília: ANATEL, 2024. Disponível em: <<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php>>. Acesso em: 03/09/2024.

ARAUJO, Ed Wilson Ferreira. **Ouvintes Falantes**: produção e recepção dos programas jornalísticos do rádio AM. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei n. 9.612, de 19 de fevereiro de 1998**. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 20 fev. 1998.

CURADO, Camila Cristina. **Migração de rádios AM para FM**: processos de preparação e perspectivas de mudança frente à convergência tecnológica. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social). Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2015.

IBGE. **Estimativas de população**: estatísticas sociais. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>>. Acesso em: 03/09/2024.

IPEA. **Análise comparativa da governança metropolitana na Grande São Luís**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/151103_relatorio_analise_comparativa_grande_sao_luis.pdf>. Acesso em: 03/09/2024.

KAPLÚN, Mario. **El Comunicador Popular**. 2ª Ed. Bueno Aires: Lumen-Hvmanitas, 1987.

KAPLÚN, Mario. **Produção de Rádio: do roteiro à direção**. São Paulo: Intercom; Florianópolis: Insular, 2017.

MARANHÃO. Agência Executiva Metropolitana. **Mapas da Grande Ilha**: programas ou campanhas. São Luís: AGEM, 2024. Disponível em: <https://agem.ma.gov.br/programas-ou-campanhas/mapas-grande-ilha>. Acesso em: 03/09/2024.

MARANHÃO. Assembleia Legislativa do Maranhão – ALEMA. **Lei Complementar nº 174, de 25 de maio de 2015**. Dispõe sobre alterações na legislação tributária do Estado. Diário Oficial do Estado do Maranhão, São Luís, 25 maio 2015. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/uploads/agem/docs/LCE_1742015_DISP%C3%95E_SOBRE_A_RMGSL.pdf>. Acesso em: 03/09/2024.

PRATA, Nair; DEL BIANCO, Nélia Rodrigues. (Orgs.). **Migração do rádio AM para FM: avaliação de impacto e desafios frente à convergência tecnológica**. 1ª ed., Florianópolis: Insular, 2018.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Brasília: ENAP, 2021.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação - contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **A programação de rádios públicas brasileiras**. Florianópolis: Insular, 2012.

Recebido em: 17/03/2025

Aceito em: 11/06/2025